

A GEOGRAFIA POLÍTICA E O CONCEITO DE PODER¹

Political Geography and the concept of power

 Licio Caetano do Rego Monteiro ^A

^A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Brasil

Recebido em: 15/01/2025 | 19/01/2025 DOI: 10.12957/tamoios.2025.89252

Correspondência para: Licio Caetano do Rego Monteiro (licio.caetano@igeo.ufrj.br)

Resumo

O artigo aborda as diferentes maneiras como a Geografia Política abordou o conceito de poder a partir dos anos 1970, considerando as leituras francófonas – a revista Hérodote, a obra de Raffestin –, anglófonas – a Critical Geopolitics, a obra de John Allen –, latino-americana – os estudos decoloniais – e o debate na Geografia Política brasileira. Problematizamos algumas recorrentes clivagens no debate sobre o poder, a oposição entre geografia do Estado vs. geografia do poder, a amplitude do território como articulador da relação entre espaço e poder, as diversas modalidades de poder e a relação entre guerra/violência e poder. Sem a pretensão de esgotar o assunto, o artigo oferece um panorama amplo com o objetivo de assentar o debate em suas principais referências.

Palavras-chave: poder; Estado; Geografia Política.

Abstract

This article discusses the different ways in which Political Geography has approached the concept of power since the 1970s, considering French-speaking readings – the journal Hérodote, the work of Raffestin –, English-speaking readings – Critical Geopolitics, the work of John Allen –, Latin American readings – decolonial studies – and the debate in Brazilian Political Geography. We problematize some recurring cleavages in the debate on power, the opposition between geography of the State vs. geography of power, the breadth of territory as an articulator of the relationship between space and power, the various modalities of power and the relationship between war/violence and power. Without intending to exhaust the subject, the article offers a broad overview with the aim of basing the debate on its main references.

Keywords: power; states; Political Geography.

INTRODUÇÃO

Geografia do Estado ou Geografia do poder? A pergunta pode ser feita ao longo das últimas décadas na produção da Geografia Política brasileira. Os entusiastas da “geografia do poder” encontraram importantes referenciais teóricos para sustentar a argumentação de que a Geografia Política não se restringiria a tomar unicamente o Estado nacional como agente político, objeto de pesquisa e escala de análise. Certamente é uma crítica que encontra pouca resistência hoje em dia. Afinal, quem ainda advogaria por uma exclusividade do Estado no rol das questões da geografia política? Ainda assim, a contraposição se situa no cuidado com a curvatura da vara: terá se produzido um abandono do Estado como problema na geografia, de um modo geral, e na geografia política, em particular?²

A imbricação entre espaço, saber e poder é um eixo possível para compreender o campo de estudos definido pela Geografia Política e a Geopolítica. Esse modo de apresentação que





coloca em destaque o binômio saber/poder tem como sua principal origem as formulações de Michel Foucault, bastante influentes no pensamento social e nas ciências humanas a partir dos anos 1970. Na Geografia, o livro de Raffestin (1980) é uma referência constante no Brasil para discutir o assunto. Ele coloca o tema do poder de forma bastante explícita no centro da discussão e teve grande repercussão no Brasil ao ser traduzido nos anos 1990. Cabe notar, no entanto, que não foi o único caminho pelo qual a questão do poder ganhou preeminência do debate interno da geografia.

Podemos situar esse debate alguns anos antes, no contexto francófono compartilhado por Raffestin, do qual tomam parte Lacoste e Foucault, mas também um pouco depois, na Geografia Política anglófona. Mais recentemente, os estudos latino-americanos passaram a tratar da colonialidade do saber e do poder. Trazemos um panorama do debate, dentro do qual a Geografia brasileira tratou de incorporar o poder como conceito relevante em sua construção conceitual, tanto na Geografia Política quanto no uso extensivo do conceito de território.

FOUCAULT NA HÉRODOTE

O ano de 1976 é bastante emblemático. Tendo recém-lançado *Vigiar e Punir* (1974), Foucault é entrevistado na edição de lançamento da revista *Hérodote*, liderada por Yves Lacoste à frente de um grupo de jovens geógrafos que buscavam balançar as estruturas da Geografia acadêmica na França. No mesmo ano, Lacoste publica *A geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*, causando um certo impacto na comunidade geográfica. No curso de Foucault no Collège de France de 1976 – publicado décadas mais tarde com o título *Em Defesa da Sociedade* – há um esquema teórico de Foucault sobre o conceito de poder, que aparece no mesmo momento em *História da Sexualidade: a vontade de saber*, também de 1976 – a mesma sequência de cinco proposições sobre o poder que aparece citada em Raffestin (1980) e Castro (2005). A entrevista de Foucault na *Hérodote* foi publicada na famosa coletânea que foi lançada no Brasil em 1979, com o título *Microfísica do Poder*, e em inglês em 1980 com o título *Power/Knowledge*.

Apesar do momento, o termo *poder* não ganha nos textos de Lacoste a centralidade que alcançaria nos anos seguintes na geografia política a partir de outras influências. Questiona-se sim o Estado, mas sobretudo a versão neutra e desinteressada da Geografia a respeito dos assuntos políticos relegados aos Estados maiores. Há dois elementos comuns às preocupações



de Lacoste e Foucault naquele 1976: a questão da guerra como operador de inteligibilidade da política – e da geografia, no caso de Lacoste – e a relação entre saber e poder, quase como uma relação oculta que se necessitava, em cada âmbito do conhecimento, revelar e decodificar. Em Lacoste, essa formulação aparece como “saber pensar o espaço” (1976), um saber estratégico a ser difundido pela geografia que se insurgia contra a neutralidade e o descompromisso.

Numa leitura menos apressada, pode-se afirmar inclusive que no livro de Lacoste não havia negação alguma do Estado, mas uma defesa de que o raciocínio estratégico da Geografia, restrito aos Estados-maiores, fosse democratizado e acessado pelo cidadão comum. Nas décadas seguintes, o projeto lacosteano não se afastou nem dos Estados, nem dos nacionalismos, o que não passou despercebido por Raffestin, Lopreno e Pasteur (1995), que pontuaram o apego de Lacoste ao nacionalismo e a uma certa razão de Estado, o que se mostrou evidente na validação da geopolítica como campo científico, algo que Raffestin continuou relegando ao campo das ideologias autoritárias.

Numa conferência realizada em Manaus, em 2013, Béatrice Giblin, que era do grupo original criador da *Hérodote*, respondeu à pergunta sobre qual havia sido a influência de Foucault nesse grupo de geógrafos franceses. Para a surpresa da plateia, a resposta dela foi: nula! A conferência está registrada em vídeo, mas não a parte de perguntas e respostas, o que é uma pena. Mas ela chegou a comentar que Foucault na verdade era bem desinteressado sobre geografia e não deu sequência ao diálogo com os geógrafos nos anos seguintes.

Apesar dessa leitura retrospectiva, fato é que a revista deu um espaço destacado para o debate sobre poder fomentado por Foucault a partir de perguntas por ele enviadas, após a entrevista inaugural. Vários geógrafos elaboraram respostas, inclusive Raffestin. As respostas foram publicadas na *Hérodote* na ocasião, em inglês em 2007, e em português recentemente³.

Muitas das respostas partem do argumento de Lacoste sobre o caráter estratégico do “saber pensar o espaço”. Logo no editorial, pondera-se que se deve pensar o poder em diversas escalas, da escala planetária ao espaço do lar e da relação entre indivíduos, de forma a não considerar uma resposta única às perguntas “o que é o poder?”, “quem tem o poder?”. “Aprender o problema do poder distinguindo sistematicamente diferentes escalas espaciais e diferentes níveis de análise evita confundi-lo em um mesmo conjunto impreciso, em uma mesma ubiquidade, são estruturas de poder muito diferentes ainda que estejam articuladas entre si”.



Outra ponderação é sobre a noção de estratégia, bastante alargada nas proposições de Foucault para incluir “tendências inconscientes e diluídas dos procedimentos nos quais o conjunto da sociedade toma parte, sem se dar conta, e que produz efeitos involuntários”. Os geógrafos da revista preferem restringir estratégia a “planos, construídos secretamente ou discretamente, inventados por um dos protagonistas de uma relação de força, a planos que levam em conta não somente os meios e as características dos adversários, de outra estratégia que ele poderá também talvez implementar, mas também nos referimos a configuração do “terreno” (...) e às posições relativas que ocupam no espaço as forças nele presentes. É por isso que saber pensar o espaço tem uma importância tão grande em todo raciocínio estratégico”.

Reflexões sobre o uso e a finalidade do conhecimento geográfico foram escritas por vários autores, expressando a inquietação da época sobre distinção entre ciência e saberes (proposta por Foucault), geografia como instrumento de dominação ou de democratização do controle sobre o espaço, poderes e contra-poderes⁴. Jean-Michel Brabant (1977), por exemplo, expressa a decodificação do poder como meio para transferir para as “massas” o conhecimento exclusivo nas mãos do Estado, esse “saber dos espaços”, cartografando o poder do Estado em todos os seus escalões, idéia bastante recorrente na obra de Lacoste. “Decodificar a prática espacial dos diferentes poderes é desvendar as suas estratégias sociais em termos de espaço, é esclarecer os mecanismos profundos da força daqueles que dominam e a fraqueza dos dominados”.

Olivier Bernard e Maurice Ronai (1977) reformularam a pergunta sobre “quem tem o poder” para: “onde se inscreve o poder?” E daí discutiram sobre lugares de poder e de não-poder, tratando de representações espaciais que apontam “um problema real, em termos de proximidade ou distância, densidade e concentração”. Propõe ainda “descrever o poder como uma rede ramificada de condutos e canalizações através dos quais circulam *decisões* – injunções, diretivas, comandos – e *informações* – inquéritos, relatórios, atas”.

Racine e Raffestin (1977) antecipam em alguns anos o argumento que Raffestin apresenta em 1980 sobre a combinação entre informação e energia. “[P]odemos defini-lo [o fundamento do poder] como uma combinação de *informação* e de *energia* ou, se preferir, de saber e de força. Ora, se esse casal, o saber mais a força, pode ser constituído pelo Estado (e é à isso que ele tende), pode ser igualmente constituído por qualquer organização política ou econômica. É por isso que acreditamos que a *estratégia* pode ser definida, em termos muito gerais, como o *caminho programado* para maximizar o casal informação-energia,



conhecimento e força”. Aqui fica evidente a ideia de que poder e estratégia podem se referir a qualquer ator, não só ao Estado, como aponta também Pierre-Yves Péchoux, para quem o “poder pode ser assumido por uma classe social. Pode ser aquele do Estado – que o Estado transcende as classes sociais ou expressa, diretamente, apenas uma, ou muitas, por compromisso”.

Apesar do maior ou menor interesse pelo aprofundamento das questões lançadas, é digno de nota o número expressivo de autores que se propuseram a responder. Lendo as respostas quase 50 anos depois, é possível ter um panorama do ambiente intelectual da Geografia francesa que recepcionou as proposições de Foucault sobre o poder.

A GEOGRAFIA DO PODER EM RAFFESTIN

É nesse terreno animado de discussões sobre o poder nos anos 1970 que Paul Claval publica em 1978, *Espaço e Poder*, traduzido para o português no ano seguinte, e Raffestin publica *Por uma geografia do poder*, em 1980. Dos dois livros, o alcance de Raffestin foi bem maior que a de Claval. O livro de Raffestin teve repercussão no Brasil, mesmo antes da publicação de sua tradução em 1993, como atesta as referências ao autor encontradas em importantes textos da Geografia Política brasileira (Becker, 1988; Costa, 1990). No III Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território, em 2018, ainda era o autor estrangeiro mais citado⁵.

Raffestin tem como ponto de partida a problemática relacional do poder e a crítica à geografia do Estado, ancorada na obra seminal de Ratzel, para quem “tudo se desenvolve como se o Estado fosse o único núcleo de poder, como se todo o poder estivesse concentrado nele” (1980, p.15), e permanente nas décadas seguintes, pois “com algumas raras exceções, a geografia política no século XX foi uma geografia do Estado (...), uma geografia política unidimensional que não quis ver no fato político mais que uma expressão do Estado” (p.22). No entanto, apoiado em Lefebvre, principalmente, e outros autores, para Raffestin “uma verdadeira geografia só pode ser uma geografia do poder ou dos poderes” (p.17).

Mas o que é o poder, segundo Raffestin? Aqui ele retoma Foucault, reforçando a dimensão relacional e multidimensional do poder, mas traz à tona a importância dos fluxos de energia e informação que “atravessam e desligam a relação”. Raffestin passa a descrever o funcionamento do poder a partir da “combinação variável de energia e informação” (ps. 54-55),



algo que já aparecia na resposta a Foucault em 1977, em que se propunha também uma equivalência entre essa díade e outra formada por força e saber. Na continuidade do argumento, Raffestin retoma a relação entre saber e poder, considerando, conforme Foucault e Deleuze, que “todo ponto de exercício do poder é ao mesmo tempo um lugar de formação do saber” (p. 56). Mas o que fundamenta o poder é o trabalho, a capacidade de “transformar a natureza que os circunda e suas próprias relações sociais” (Lapierre, 1968, p. 677 *apud* Raffestin, 1980, p. 56), também definido por duas dimensões, energia e informação. E a dissimetria nas relações de poder emergem quando pode-se apropriar-se do trabalho de outrem, separando energia da informação, privando-o do domínio de sua própria capacidade autônoma de transformação. Essa separação/apropriação é então destrinchada por Raffestin abordando os trunfos do poder – população, territórios e recursos (pgs. 58-60, desdobrados nas demais partes do livro) – e os jogos de soma nula e não-nula possíveis de se operar num campo de poder, onde atores interagem com diferentes intenções, estratégias e códigos (pgs. 60-64).

Apesar da fundamentação sobre o poder, a maior parte dos exemplos ao longo do livro se referem ao poder estatal, em diversas dimensões referentes à população (recenseamento, língua, religião, raças e etnia), ao território (tessitura, nodosidade, centralidade, marginalidade, lugares, capitais, regiões, nações, grandes espaços e redes) e aos recursos (solo, água, tecnologias, alimentos, energia, minérios). Ou seja, a promessa enunciada logo no início do livro, de superar uma geografia do Estado de matriz ratzeliana, acaba por oferecer uma forma original de abordar temas, conceitos e questões que estavam presentes em Ratzel – o que de forma aparentemente contraditória Raffestin reconhece ao dizer que a abrangência da obra de Ratzel havia sido esquecida (p. 14).

O PODER NA GEOGRAFIA ANGLÓFONA CONTEMPORÂNEA

Na Geografia Política anglófona, a influência foucaultiana no debate sobre poder é central, talvez até mais do que na própria Geografia francesa. Geraóid Ó Tuathail (1996) introduz seu livro sobre a *critical geopolitics* com a frase “Geography is about power” e uma proposta de análise do geo-poder, ancorada no conceito de governamentalidade, de Foucault, na relação indissociável entre saber e poder. Ele situa o conhecimento geográfico moderno na



centralização e na expansão do Sistema interestatal europeu sobre o resto do mundo a partir do século XVI, que se desenvolve como um modo institucionalizado de ver e apresentar o espaço, mas que se expressa também por contranarrativas de resistência.

Um livro específico sobre as “geografias do poder” é o de John Allen, *Lost geographies of power*, publicado em 2003, mesmo autor que assina o verbete Power, em *A companion of Political Geography* (Agnew; Mitchell; Toal, 2003). Apesar da vasta análise sobre os vocabulários espaciais do poder, Allen conseguiu passar ao largo de toda a produção da Geografia francófona sobre o assunto (Lacoste, Claval e Raffestin não são citados) – afinal, ser ignorado no debate científico não é uma exclusividade da periferia – no entanto, não deixou de ir às fontes filosóficas francesas (Foucault, Deleuze, Lefebvre) que tanto inspiraram a Geopolítica crítica anglófona – e que tiveram melhor sorte do que os geógrafos, ao serem traduzidos para o inglês⁶.

O argumento central de Allen é o de que a ideia de uma ubiquidade do poder mais atrapalha do que ajuda o entendimento de sua geografia, que acaba ficando secundarizada ao não se problematizar as diferenças que a geografia pode produzir no exercício do poder, as particularidades e as diversas modalidades de poder que fazem a diferença em como situamos e experimentamos o poder (2003, p. 2). O autor então divide o livro em duas partes. Na primeira, sobre os vocabulários espaciais do poder, revisita diversos pensadores não-geógrafos que reconheceram uma dimensão espacial do poder, como Max Weber, Michael Mann, Manuel Castells, Michel Foucault, Gilles Deleuze, Hannah Arendt e Anthony Giddens. A segunda parte é voltada para recuperar as “geografias perdidas”, explorando o que propriamente a geografia pode contribuir na análise do poder, recombinao a seu modo a contribuição dos autores antes explorados.

A contribuição original reside no mapeamento dos vocabulários espaciais de poder e na maneira como pensa as diferentes geografias do poder em termos de distâncias e dos alcances, não só a partir dos atributos geográficos, mas também considerando as diversas modalidades de poder – autoridade, sedução, coerção etc. Esse cruzamento entre a diversidade das modalidades e a espacialidade diferencial resulta em formulações bastante úteis para explorar o potencial de análise da geografia do poder.

Poucos anos depois, a coletânea de Crampton e Elden (2007) sobre Foucault, espaço, saber e poder foi mais justa com os geógrafos franceses. Nela a tal entrevista de Foucault à Heródote em 1976 – texto da Heródote mais lido em língua inglesa por conta de sua tradução



na coletânea *Power/Knowledge* (1979) – foi incluída junto com a resposta dos geógrafos franceses e com respostas contemporâneas produzidas pelos geógrafos anglófonos. Inclui ainda um capítulo de Raffestin, entre os tantos comentadores anglófonos sobre Foucault e a geografia. Outra publicação do mesmo ano é o capítulo de Joe Painter intitulado *Geographies of space and power* na coletânea de Cox, Robinson e Low (2007), um manual de geografia política.

O DEBATE SOBRE O PODER NA GEOGRAFIA BRASILEIRA

Na Geografia Política brasileira, uma geografia do poder ganha terreno desde os anos 1980, sob diversas influências, sem deixar de lado a tradição da geografia do Estado (Becker, 1988; Costa, 1991; Castro, 2005), que permanece relevante. O conceito de território assume proeminência em abordagens que reforçam sua caracterização iminentemente relacionada ao poder, como a análise sobre a tecnologia espacial do poder do Estado e a gestão do território (Becker, 1988), o “retorno do território” (Santos, 1994), o território conceituado como “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (Souza, 1996), as abordagens sobre território/desterritorialização (Haesbaert, 2002), território, política e cidade (Gomes, 2002) e a relação entre territórios e saberes (Porto-Gonçalves, 2001; 2017) são algumas contribuições que passam a conferir ao território uma centralidade na geografia, que se verifica também no diálogo interdisciplinar, no debate público e na ação política, tanto no âmbito do Estado, por meio das políticas públicas, quanto no âmbito da sociedade civil, pela adoção do léxico territorial por ativistas e movimentos sociais. Mais recentemente, novas abordagens têm considerado outros conceitos para além do território para se pensar a relação entre espaço e poder, como é o caso de Gomes (2020), sobre o espaço público, e Castro, sobre o espaço político.

No Brasil, as questões sobre espaço, saber e poder remontam aos anos 1980, e podemos dizer que nem mesmo houve um *delay* em relação ao debate francófono ou anglófono – com a vantagem periférica de ler a todos indistintamente, sem cair no ponto cego da mútua indiferença entre francófonos e anglófonos. Ler Bertha Becker (1988) à luz do debate apresentado chega a surpreender pela maneira como prioriza o uso do termo *poder*, refutando justamente a estreiteza de considerar o Estado como única fonte de poder.

O modo pelo qual o espaço é apropriado e gerido e o conhecimento desse processo constituem, ao mesmo tempo, expressão e condição das relações de poder.



(...) A naturalização do Estado e do espaço pelo determinismo geográfico e a reação extrema a essa postura criam, assim, um impasse para a análise das relações entre o espaço e o político e a sociedade em geral. Ora se considera o espaço como determinante da ação humana e o Estado como única fonte de poder, ora se nega essa determinação substituindo-a pela econômica, mas sem precisar o papel do espaço e do Estado nessas relações (Becker, 1983). E mais: tal impasse é simplificador do real, na medida em que não abre espaço para a identificação de novas fontes de poder e para a imprevisibilidade dos processos sociais.

(...) A Geopolítica que queremos resgatar é a do reconhecimento sem fetichização da potencialidade política e social do espaço, ou seja, a do saber sobre as relações entre espaço e poder. Poder multidimensional, derivado de múltiplas fontes, inerente a todos os atores, relação social presente em todos os níveis espaciais. Espaço, dimensão material, constituinte das relações sociais e, por isso mesmo, sendo, em si, um poder”.

Em seu principal livro, Wanderley Messias da Costa (1992), por sua vez, indica que os novos temas da Geografia Política apontavam para

uma evidente *desestatização* do objeto da geografia política com as análises muito mais centradas nos problemas relativos ao poder em geral e às suas formas de manifestação e exercício do que exclusivamente no poder estatal, como no passado. Nesse sentido, são de suma importância as análises das formas de distribuição do poder no espaço nacional, regional etc., e os modos de repartição desse poder no interior da sociedade, cada vez mais territorializada em suas práticas sociais cotidianas (p. 25).

A referência a esses trechos nos ajuda a situar no tempo essa passagem do Estado ao poder como objeto da geografia política, apresentando formulações que certamente não seriam elaboradas antes dos anos 1980, mas que tampouco demoraram muito a chegar na geografia brasileira, a partir principalmente da influência francófona, e são contemporâneas da própria constituição do campo da Geografia Política no Brasil. Interessante notar que, desde então, contraditoriamente, aponta-se a pouca atenção ao Estado como objeto de estudo, e ao mesmo tempo, constata-se a dificuldade de pensar as relações entre espaço e poder fora do enquadramento do Estado, de modo que a grande maioria dos trabalhos em Geografia Política trata, desde sempre e ainda hoje, sobre Estado. Talvez essa aparente contradição sugira que a realidade é mais complexa e plural do que a projeção que cada parte faz de seus interlocutores em posição oposta. Além disso, é preciso atentar ainda que a mera enunciação de um conceito – poder – e uma intenção – superar a abordagem centrada no Estado – não dispensa o trabalho de elaboração teórica sobre poder e Estado que reconheça os acúmulos existentes e se abra para os desafios contemporâneos.

ESPAÇO + PODER = TERRITÓRIO?



Nos anos 1990, a relação entre espaço e poder passa a se circunscrever ao uso extensivo do conceito de território, a partir de formulações como a de Claude Raffestin (traduzido em 1993 e bastante difundido) e Marcelo Lopes de Souza, em seu texto mais citado, de 1995. Segundo Raffestin, o território “é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder” (1993, p. 144). Já Souza (1995), numa formulação que passou a ser a mais utilizada na geografia brasileira, sintetiza a ideia de que o território “é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (p. 78). E reforça o vínculo entre território e poder ao afirmar que o “o território é essencialmente um instrumento de exercício de poder: quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como?” (p. 79).

O uso indiscriminado da referência à formulação bem-sucedida de Souza foi objeto de balanços e ponderações do próprio autor (2013), quando problematiza a dimensão política do território em face de suas possíveis dimensões cultural e econômica – seria um diálogo implícito com a formulação também bastante difundida de Haesbaert (2004)? – a tensão entre materialidade e imaterialidade do território, respondendo a críticas sobre sua possível negligência com a materialidade. A questão do poder como definidor do conceito foi reafirmada em 2013, quando refaz o esforço de delimitação conceitual, de forma mais aprofundada do que no texto seminal de 1995.

Em ambos os textos, 1995 e 2013, Souza inicia pela conceitualização do poder, ancorada em Hannah Arendt. De forma mais extensiva em 2013 do que em 1995, trata-se de distinguir poder em relação a outros termos que costumam ser a ele assimilados, como força, vigor, autoridade e violência. No texto de 2013, a discussão sobre o conceito de poder se estende a algumas críticas a Foucault e às referências a Castoriadis e Habermas, para concluir com a ideia de um “poder em estado puro”, desprovido de qualquer recurso à violência, que seria compatível com a autonomia e a liberdade de coletividades e indivíduos.

Uma recente abordagem sobre espaço e poder trazida por Paulo Cesar da Costa Gomes (2020) contribui para ampliar as possibilidades conceituais dessa relação para além daquela circunscrita ao conceito de território. Gomes inicia apontando a maneira tautológica como o conceito de território se apresenta na Geografia, ao se definir “pela simples associação com a ideia de poder” (p. 156). Os equívocos estão em apresentar “como predicado aquilo que é parte da própria definição”, “não qualificar o tipo de poder em questão trazido por esse conceito” e



“insinuar que todas as formas de poder discutidas pela Geografia são contempladas” (p. 156). O autor se lança então a “saber se há outras formas de discutir as relações de poder que possuem relação direta com o espaço, mas que são diversas daquelas contempladas pelo conceito de território” (p. 156), e o faz exemplificando a possibilidade de pensar espaço e poder a partir do conceito de espaço público.

Por outro caminho, podemos explorar relações entre espaço e poder que vão além do conceito de território, tomando como contraponto o conceito de rede. Apesar de reconhecer que não existe uma antinomia entre território e rede e que os conceitos devem operar de forma associada, seria interessante compreender que certas formas de projeção do poder em rede, estabelecidas à distância e que obtêm vantagem mais da velocidade e da mobilidade do que da fixidez, da delimitação e da contiguidade, não deveriam ser expressas como território ou por conceitos híbridos como território em rede (Veltz, 1996), lógica reticular de territorialização ou território-rede (Haesbaert, 2004), uma vez que se dilui o potencial explicativo do que poderia ser território propriamente dito, com sua tendência à delimitação e à contiguidade⁷. Seria o caso de utilizar um repertório conceitual diverso para lidar com outras espacialidades do poder, considerando que a relação entre espaço e poder pode ter resultantes conceituais para além do território. No caso das redes, por exemplo, busquei demonstrar como o vetor territorial e o vetor reticular operam de forma diferente nas guerras e na segurança internacional (Rego Monteiro, 2022), mobilizando o conceito de rede para pensar a projeção espacial do poder por meio das guerras e da segurança.

ENTENDER O PODER PARA ENTENDER O ESTADO

Algumas contribuições sobre o poder de Estado buscaram dar maior complexidade à compreensão desse objeto, superando de certa forma aquela deficiência dos estudos geográficos apontada por Costa (1992). Aqui trata-se de entender os mecanismos de poder que operam no funcionamento do próprio Estado, a partir da diferenciação das modalidades do poder, seja em suas escalas, seja em suas combinações de coerção e consentimento. Ou seja, a possível oposição uma *geografia do Estado* unívoca e uma *geografia do poder* plural e diversificada é deixada de lado, ao se entender as diversas formas de poder que estão presentes no exercício do poder de Estado.



Iná Elias de Castro (2005) dedica um dos capítulos de seu livro de referência sobre Geografia Política à questão do poder e do poder político. Ao reconhecer a polissemia e as contradições do conceito, começa pontuando que o poder não pode estar em toda parte, pois neste caso não estaria em lugar nenhum, seria a própria relação e não algo que possa diferenciar as relações (p. 96). Depois de enumerar algumas referências importantes, afirma a ideia de que o poder é relacional e “se manifesta em situações relacionais assimétricas” (p. 98). No entanto, diante da impotência do poder diante de escolhas trágicas – quando se prefere a morte à submissão – “todo poder é condenado a fundamentar-se em um querer comum” (p. 100), mesmo quando ilegítimo. A autora então passa a diferenciar três formas elementares de poder (pgs. 101-104), baseada em Guichet (1996), a) o poder despótico, caracterizado pelo medo e a coerção violenta, b) o poder como autoridade, que se legitima pela aceitação dos que se submetem, mediada pela lei, a tradição ou o carisma, segundo Weber, e c) o poder político, que compreende tanto a possibilidade de coerção quanto a autoridade, podendo fazer uso de ambas “para alcançar o bem comum, que é a justificativa última da sua existência e aceitação” (p. 104).

Por fim, Iná E. de Castro cita John Agnew para afirmar que “o poder é sempre espacial, porque exercido nas relações sociais territorializadas”, enfatizando ainda que não é sempre contínuo ou uniforme sobre o espaço, nem se resume a modelos binários – tem / não tem ou centro de difusão (mando) / lugar de obediência (p. 105) –, mas que deve ser diferenciado pelas espacialidades, escalas e distâncias, o que tornaria a relação espaço e poder mais complexa do que as concepções binárias ou que derivam suas explicações a partir uma escala apenas (p. 106). Em outros capítulos Castro aprofunda as formas de organização do Estado, mas não adentraremos este domínio para permanecer dentro do foco do artigo, que é o poder.

Outras abordagens que buscam refinar a análise sobre o poder na geografia, a partir de enfoques específicos, podem ser encontradas em autoras como Márcia da Silva (2008; 2009), sobre o poder local, e Juliana Nunes Rodrigues (2011a; 2011b; 2012), sobre conceituação de poder despótico e poder infraestrutural, de Michael Mann.

Márcia da Silva (2009) discute as formas de poder e o Estado, ancorada em Norberto Bobbio, para depois adentrar propriamente a questão do poder local (2008; 2009; 2014), ponderando sobre seu entendimento como unidade federativa (esfera municipal), como recorte escalar de análise da ação política ou como conjunto de redes sociais estruturadas em torno de interesses, expressão de uma singularidade. O local seria uma escala em que seria possível



observar a relação entre o poder político e as redes de poderes difusos que se articulam para além da esfera institucional, mas que sobre ela incidem. Esse poder local poderia ser mais facilmente capturado pela influência de grupos de interesse dominantes – as elites locais, no sentido do mandonismo ou coronelismo –, mas também pode ser campo de disputas mais plural e democrático. Márcia da Silva conclui com um balanço de abordagens e pesquisas sobre poder local no Brasil, predominantemente de fora dos campos da sociologia e da ciência política.

Por sua vez, Juliana Nunes Rodrigues parte da diferenciação entre poder despótico e poder infraestrutural para comparar os modelos de Estado francês e brasileiro. “O Estado exerce um poder autônomo que o diferencia da sociedade civil”, pois, como nenhum outro grupo social seria capaz, o Estado estabelece e faz “cumprir normas que ordenam as rotinas por todo o território nacional” (2012, p. 123). Analisando os mecanismos de exercício de poder, para diferenciar o poder das elites e outras formas de poder relacionados à sociedade civil de forma mais ampla, Michael Mann propõe uma distinção entre “o poder despótico das elites” – “um poder autoritário, que não passa pelas negociações usuais entre o Estado e a sociedade” – e o “poder infraestrutural do Estado” – “que o Estado usufrui para alcançar a sociedade civil e fazer valer suas decisões de maneira logística e racional, em todo o território nacional” (Rodrigues, 2012, p. 123-124).

A análise de Juliana Nunes Rodrigues sobre as práticas cooperativas intermunicipais parte da compreensão do exercício do poder infraestrutural do Estado, que considera a dimensão política da produção de legitimidade social, o que representa um caminho inovador para pensar o espaço político, diferente de temas clássicos da Geografia Política, como os conflitos territoriais e a competição entre Estados. A autora indica, então, que “a organização político-administrativa dos Estados no espaço constitui assim um ponto de partida para pensarmos as diferenças em relação aos seus poderes infraestruturais e seus efeitos os mais concretos” (2012, p. 124).

A COLONIALIDADE DO PODER

Na América Latina, temos uma discussão sobre poder que não atravessa tanto a geografia, mas tem grande impacto na teoria da colonialidade do saber e do poder. Os autores do *Proyecto Modernidad/Colonialidad* colocaram em evidência a ideia de “geopolítica do conhecimento”, também ancorada na relação entre território, saber e poder. Esse



desenvolvimento paralelo de um campo de estudos de(s)colonial na América Latina nos anos 1990 chega ao Brasil e à Geografia brasileira nos anos 2000, com a tradução de Escobar (2005), com apresentação de Porto-Gonçalves (2005). Não aprofundaremos aqui esta abordagem sobre saber/poder e os rumos que tomou no Brasil, mas vale destacar algumas publicações relevantes que seguiram esta senda aberta, como as de Cruz e Oliveira (2017) e Haesbaert (2021).

Haesbaert (2021) apresenta uma síntese do debate sobre a colonialidade do poder a partir da obra de Quijano (2010) em diálogo com Foucault, quando enfatiza a resistência como constituinte da relação de poder, o que em Quijano assume como conflito, decisivo para a construção de classificação social.

O poder, portanto, “não se reduz às ‘relações de produção’ nem à ‘ordem e autoridade’”. Um pouco como na rede de exercício do poder enfatizada por Foucault, é a “distribuição de poder entre as pessoas de uma sociedade o que as *classifica socialmente*, determinando as suas recíprocas relações, e gera as suas diferenças sociais (...)” (p. 113).

A classificação social marca uma heterogeneidade de trabalho, gênero e raça, mas principalmente a “racialização das relações de poder” como um elemento decisivo (p. 108), a raça se tornando “a referência legitimadora fundamental do caráter eurocentrado do padrão de poder material e intersubjetivo” do sistema (Quijano, 2010, pp. 119-120 *apud* Haesbaert, 2021, p. 109). Considerando as linhas de demarcação e hierarquia do poder soberano em zonas e enclaves (Mbembe, 2011) as classificações sociais (Quijano, 2010) constituiriam, “em múltiplas escalas, também classificações espaciais, geográficas” (p. 111). Desta forma, ficaria demonstrada de que maneira se espacializa a colonialidade do poder.

A partir do poder soberano, poder disciplinar, biopoder (os três referentes a Foucault) e necropoder (Mbembe), Haesbaert busca analisar as territorialidades que as acompanham, relacionando o poder soberano ao território estatal definido por fronteiras, o poder disciplinas aos corpos individualizados, o biopoder à população, sua reprodução e mobilidade, e a necropolítica à “política de morte” e “extermínio dos descartáveis” nos espaços periféricos ou colonizados (p. 112). Em seguida, advoga a necessidade de combater a colonialidade do poder em cada uma dessas esferas e, ainda, “superar a abordagem colonial do poder que ignora o contexto “natural” em que ele está inserido” (p. 112).

Outro autor a quem recorre é Pierre Clastres, que analisando as sociedades ameríndias chegou à conclusão de que “o poder no sentido estatal-coercitivo, de monopólio do uso da



violência legítima, não se manifesta” e pergunta se é “possível falar em poder nestes casos, onde não há violência ou coerção” (Haesbaert, 2021, p. 106). A inexistência de coerção é identificada como um “poder político sem violência” – num sentido em que Clastres encontraria a proposição de Arendt que opõe poder à violência.

QUESTÕES EM ABERTO

Como se vê, há muitas questões em aberto no debate sobre o conceito de poder na Geografia e, em especial, na Geografia política. Com o foco na Geografia brasileira, destaco três questões que considero candentes na literatura recente. A primeira questão é a centralidade adquirida pelo conceito de território. A segunda é a diferenciação dos tipos de poder. A terceira é a relação entre guerra/violência e poder, sobre a qual nos estenderemos um pouco mais.

O conceito de território sofre os efeitos colaterais de seu próprio sucesso, o que acaba por inflacionar seus usos e abusos no discurso social e acadêmico. A mesma reflexão sobre os efeitos colaterais do sucesso pode ser dita da formulação de Souza (1995) sobre território como espaço definido por e a partir de relações de poder, o que já foi objeto de ponderações do próprio autor (2013; 2015). Se, por um lado, pode-se questionar que não dá para pensar o território sem um marcador político, por outro lado, é importante reconhecer, a bem da multiplicidade do vocabulário geográfico, que território não é o único conceito a relacionar espaço e poder.

Sobre a variação das formas de poder, é importante que o recurso ao vocabulário do poder não acabe por unificar num conceito fechado o que prometia justamente o oposto, sair do conceito unívoco de Estado. A discussão sobre as diversas modalidades de poder e suas espacialidades diferenciais se torna promissora para a Geografia, em sua aplicação prática e no diálogo com as demais ciências.

Uma questão chave é o papel da coerção, violência e guerra na relação com o poder e a política. Há uma dificuldade evidente de enquadrar a relação entre violência/guerra e poder, que aparece em Souza (1995; 2013), Gomes (2020) e Haesbaert (2021). Sobre isso, abrimos uma reflexão mais extensa.

GUERRA/VIOLÊNCIA, POLÍTICA E PODER



Souza constrói sua definição conceitual de território a partir da relação entre espaço e poder, mas ancora sua definição de poder na formulação de Hannah Arendt, que concebe uma mútua exclusão entre poder e violência. O poder corresponderia “à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo” (Arendt, 1985, p. 24 *apud* Souza, 1995, p. 80). A violência, por sua vez, em estado puro, viria à tona “quando o poder está em vias de ser perdido”, logo o “poder e a violência se opõem: onde um domina de forma absoluta, o outro está ausente” (Arendt, 1985, pp. 29-30 *apud* Souza, 1995, pp. 80-81). Sempre me coloquei em dúvida neste ponto, pois se a definição de território deve levar em conta uma concepção sobre o poder e a política que exclui a violência, que termo deveria ser então utilizado para tratar de territórios definidos por e a partir de ações violentas, como guerras, conquistas e expropriações? Seriam estes territórios definidos por e a partir de relações de não-poder?

Gomes, por sua vez, se baseia em Weber para delimitar que a “forma de organização do poder define uma esfera comumente denominada como política”, isto é, “a participação no poder ou a luta para influir na distribuição dele, seja para servir à sociedade, seja para se servir dele em benefício próprio” (Weber, 1919 *apud* Gomes, 2020). Ocorre que da discussão sobre o espaço público, Gomes avança para discorrer sobre o caráter não-político da guerra, contrariando a formulação de Clausewitz, de que a guerra seria a “continuação da política por outros meios”, pois a “política acaba quando começa a guerra”. Afirma então que “[N]a guerra, ou pela violência, a submissão não é conseguida pela convicção ou pela discussão, mas pela pura força. A guerra é, por isso, o fracasso da política e seu fim”. Sua conclusão, ancorada também em Arendt, é a de que “o lugar da política são os espaços públicos”.

A conclusão parece ser contraditória em relação ao seu argumento inicial que busca não restringir a relação espaço e poder a um único conceito – o território, pois a formulação de que “o lugar da política são os espaços públicos” acaba gerando a mesma restrição, mas ancorada em outro conceito. Além disso, ao refutar Clausewitz, que trata de confrontos entre Estados em guerra, para construir o argumento sobre os espaços públicos, parece delimitar a política a escalas locais e ao espaço nacional interno.

A questão da guerra e da política entre unidades políticas distintas – nos tempos atuais, Estados nacionais – pode ser problematizada, mas a exclusão da violência na relação política não teria sustentação na própria Hannah Arendt (1993 [1950]), que discorre sobre a guerra reconhecendo o axioma de Clausewitz sem maiores problemas. O que excluiria a política seria



uma guerra de aniquilação, como uma guerra nuclear total, que extinguiria o povo inimigo, sem estabelecer qualquer possibilidade de mundo comum após a guerra, algo que Arendt encontra similares na aniquilação dos troianos pelos gregos, e diferencia os gregos dos romanos afirmando que para os últimos a política externa precedia a interna, pois eles “federavam” os derrotados, assimilando-os.

A referência que Haesbaert faz a Clastres é de um texto de 1969 (republicado no livro de 1974), em que menciona a ideia de que entre os ameríndios haveria um “poder político sem violência”, formulação que também remete a H. Arendt. No entanto, essa formulação contrasta com a abordagem do próprio Clastres em 1977, quando publica *Arqueologia da Violência* e torna um pouco mais precisa a ideia de que a violência sempre existiu nas sociedades primitivas, o que não havia era o seu monopólio, e por isso evitava-se o surgimento de um poder coercitivo concentrado nas mãos de um chefe que pudesse se voltar contra a própria sociedade – ideia que está ensaiada no texto que dá nome ao livro *A sociedade contra o Estado*, onde está também o capítulo citado por Haesbaert. A guerra permanente contra outros grupos era constitutiva do poder internamente distribuído e indiviso das sociedades primitivas. Ou seja, uma violência sem Estado – e contra o (surgimento do) Estado.

A formulação de Hannah Arendt sobre a violência e o poder aparece então nos três autores de forma bastante influente. No entanto, ela mais atrapalha do que ajuda a entender a espacialidade do poder em modalidades que podem recorrer a diferentes formas de violência. Além do mais, é preciso reconhecer a recorrência da força, da violência e da guerra, seja como instituinte de relações de poder sobre espaços, seja como exceção, que, por sua vez, é um elemento constitutivo da ordem.

A ideia de um continuum entre guerra e política foi abordada de diferentes formas, desde a formulação de Clausewitz (Schmitt, 1992; Arendt, 1993; Foucault, 2002) e até poderia ser remetida a formulações anteriores, com no pensamento político de Maquiavel e Hobbes. Basicamente podemos dividir em três proposições: a guerra e a política se excluem (leitura de H. Arendt sobre a política na Grécia Antiga e uma possível interpretação de Hobbes), a guerra também é política (Clausewitz e uma possível interpretação de Maquiavel), a política é definida pela guerra (nas variantes de Schmitt e Foucault). A topologia espacial implícita nessas formulações ou que pode ser elaborada a partir delas seria assunto para outro artigo. Por ora, me contento em sublinhar que as equações possíveis envolvendo guerra e política são mais diversas e complexas do que o aparente consenso em torno de uma única variante⁸.



PARA CONCLUIR E... CONTINUAR!

Percorremos de forma um tanto ligeira cerca de cinquenta anos de debate sobre geografia e poder, atravessando diferentes as contribuições francófonas, anglófonas e latino-americanas, até chegar ao debate na Geografia brasileira. Certamente autores e obras ficaram de fora e outros citados poderiam ser mais bem aprofundados. O intuito de apresentar o debate e oferecer um panorama predominou sobre a tentativa de esgotar todas as abordagens. Há sempre um recorte, dado pelo acúmulo pretérito e pelo tempo de execução da encomenda.

O que inicialmente seria um breve comentário se estendeu um pouco além, mas sem perder o objetivo original de trazer os principais enfoques e algumas questões candentes que continuam animando as diferentes posições e contraposições, num ambiente salutar de diferenças sobre como a Geografia deve abordar a relação entre espaço e poder.

NOTAS

1 - Este artigo me foi encomendado como um breve ensaio para a revista *Tamoios*, mas acabou se estendendo além dos planos iniciais.

2 - Castro (2021) apresenta uma vertente deste questionamento, quando indica que algumas “razões objetivas para retomar o tema Estado como ainda necessário à geografia política contemporânea” E afirma que, “na realidade, os desdobramentos do seu aparato institucional e o papel destes no ordenamento territorial e social foram obscurecidos na geografia crítica e sua perspectiva sedutora do determinismo estrutural comandado pelas relações capitalistas de produção” (p. 8). Costa (2022) segue o argumento, afirmando: “deve-se assinalar que à exceção da pequena fração que se dedica à geografia política, os geógrafos (antigos, novos e novíssimos) de todos os quadrantes passam ao largo de quaisquer considerações sobre ele [o Estado], um grave problema apontado em meu livro de 1992 e tendência ampliada com os avanços da chamada teoria crítica a partir dos anos 1980 nas suas vertentes principais (pós-moderna, pós-estruturalista e neomarxista)” (pgs. 2-3). Cigolini, por sua vez, pondera que “não se trata somente de retomar, mas quem sabe, debater em que termos o Estado tem aparecido nas pesquisas da disciplina. Do nosso ponto de vista, o Estado tem sido muito mais presente do que, num primeiro momento, parece” (p. 65). Karol (2013) apresenta uma visão similar, enfatizando a importância do Estado e da participação dos geógrafos nas políticas estatais na produção geográfica brasileira pós anos 1980.

3 - Em inglês, foram publicadas apenas as respostas de Racine e Raffestin, Riou, Brabant e Joxe, além do Editorial da *Hérodote*. Em português foram publicadas todas as que havia em francês, em em *Questões de Michel Foucault à revista Hérodote e respostas dos geógrafos. Geógrafos*, n. 21, p. 3–24, 8 jul. 2016. Todas as referências a seguir – o editorial da *Hérodote* (1977), Brabant (1997), Bernard e Ronai (1977), Racine e Raffestin (1977), Claude Bataillon (1977), Alain Reynaud (1977), Alain Joxe (1977), Guy Jalabert (1977), Milton Santos (1977), Christian Descamps (1977), Michel Riou (1977) se encontram nessa publicação.

4 - Claude Bataillon (1977) e Alain Reynaud (1977) deram respostas curtas, como Alain Joxe (1977), que concentra sua argumentação numa tentativa de melhor definir a noção de estratégia. Guy Jalabert (1977) e Milton Santos (1977) preferiram se concentrar na resposta sobre a possibilidade de uma geografia da medicina. Christian Descamps (1977) discutiu o poder sobre o tempo, mais do que sobre o espaço. Michel Riou (1977), por sua vez, toma a luta de classes como fonte explicativa das relações de poder e apela a uma geografia produzida em contato com as massas.



5 - Considerando as citações dos trabalhos inscritos para apresentação nos grupos de trabalho, não as mesas e conferências.

6 - A essa indiferença recíproca entre autores anglófonos e francófonos na geografia política eu havia denominado como “pontos cegos” (Rego Monteiro, 2016). Juliet Fall (2007) dedicou um artigo à maneira como os geógrafos políticos franceses foram ignorados no mundo anglófono. Em sua defesa, Allen poderia dizer que ignorou igualmente importantes contribuições de geógrafos anglófonos, como Robert Sack.

7 - A explanação de Rogério Haesbaert (2004) sobre a superação da dicotomia entre território e rede é convincente e justifica a opção pelo uso dos conceitos híbridos, sem censura. Considero, no entanto, que retomar uma distinção entre território e rede contribuiria para refrear uma certa tendência em se fazer do vocabulário geográfico um conjunto de derivações do conceito de território.

8 - É um debate que se estende para além da geografia. Um recente livro abordou, por exemplo, como a relação entre guerra e política se manifestou na psicanálise (Birman, 2024). Interessante notar no livro o modo como a experiência concreta das guerras modificou a maneira como Freud tratou o assunto e mudou sua posição ao longo da vida, o que parece ter ocorrido também com outros autores diante de guerras reais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALLEN, J. Power. In: J. Agnew et al. (org.) **A companion of Political Geography**. Blackwell Pub., 2003
- ALLEN, John. **Lost geographies of power**. Malden: Blackwell, 2003
- ARENDDT, H. A questão da Guerra. In: **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, [1950] 1998
- BARROS, A. M. L.; ZANOTELLI, C. Questões de Michel Foucault à revista Hérodote e respostas dos geógrafos. **Geografares**, n. 21, p. 3–24, 8 jul. 2016.
- BECKER, B. K. A Geografia e o Resgate da Geopolítica. **Espaço Aberto**, v. 2, n. 1, p. 117–150, [1988] 2012.
- BIRMAN, J. **Guerra e política em psicanálise**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024
- CASTRO, I. E. Conceitos fundamentais da Geografia: Espaço Político. **Geographia**, 20, n. 42, 2018
- CASTRO, I. E. Geografia Política: o que é afinal e para que serve. **Revista Espaço e Geografia**, v. 24, n. 2, p. 1–26, 2021.
- CIGOLINI, A. A questão do Estado na Geografia Política contemporânea brasileira. **Revista Espaço e Geografia**, v. 25, n. 1, p. 61–79, 11 jul. 2022.
- CLASTRES, P. **A sociedade contra o Estado**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, [1974] 1978
- CLASTRES, P. **Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política**. São Paulo: Cosacnaif, [1980] 2011
- CLAUSEWITZ, C. **Da guerra**. São Paulo: Martins Fontes, [1837] 1996
- COSTA, W. M. Impressões sobre os rumos atuais da geografia política e da geopolítica (dialogando com Iná Elias de Castro). **Revista Espaço e Geografia**, v. 25, n. 1, p. 1–17, 11 jul. 2022.
- COSTA, W. M. **Geografia política e geopolítica: discursos sobre território e poder**. São Paulo: Edusp, [1992], 2008
- CRAMPTON, J. W.; ELDEN, S. (eds.). **Space, knowledge and power: Foucault and geography**. London New York: Routledge, 2016.
- CRUZ, V. C.; OLIVEIRA, D. A. **Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017
- ESCOBAR, A. (org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005
- FALL, J. J. Lost geographers: power games and the circulation of ideas within Francophone political geographies. **Progress in Human Geography**, v. 31, n. 2, p. 195–216, abr. 2007.
- FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, [1976] 2002.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1976] 2020.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, [1974] 1987.
- GIBLIN, Beatrice. Conferência “Herodote: a história de uma revista de geopolítica”, proferida no III Simpósio Nacional de Geografia Política, Manaus-AM, 8 de maio de 2013. Disponível em <https://youtu.be/a9-6MPC3iDg>. Acesso em 23 dez. 2024
- GOMES, P. C. C. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002



- GOMES, P. C. C. Espaços públicos e territórios. As relações entre espaço e poder na Geografia. **Punto sur**, n. 3, p. 153–169, 30 nov. 2020.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004
- HAESBAERT, R. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina**. Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF, 2021
- HAESBAERT, R. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contensão**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014
- KAROL, Eduardo. **Geografia política e geopolítica no Brasil (1982-2012)**. Tese de Doutorado, USP, São Paulo, 2013
- LACOSTE, Y. **A Geografia, isto serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas: Papius, [1976] 1988.
- MBEMBE, A. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte**. N-1 Edições, [1999, 2011], 2020.
- MELLO, L. P. M. P. A geografia política mediada pela informação. **Lugar Comum – Estudos de mídia, cultura e democracia**, n. 66, p. 156–162, 2023.
- Ó TUATHAIL, Geraóid. **Critical geopolitics: the politics of writing global space**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. In V. C. Cruz e D. A. Oliveira (org.) **Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. Apresentação à edição brasileira. In A. Escobar (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: B.S. Santos e M. Meneses (Eds.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, [1980] 1993.
- RAFFESTIN, Claude; LOPRENO, Dario; PASTEUR, Alain. **Géopolitique et histoire**. Paris: Edition Payot Lausanne, 1995.
- RATZEL, Friedrich. **Géographie Politique**. Paris: Ed. Economica, [1898] 1988.
- REGO-MONTEIRO, L. C. Linhas cruzadas: a geografia política e a geopolítica no século XX no Google Ngram Viewer e o debate no Brasil. In: A. A. Rückert; A. C. P. Silva; G. V. SILVA (org.) **Geografia política, geopolítica e gestão do território: integração sul-americana e regiões periféricas**. Porto Alegre: Ed. Letra1, 2018.
- REGO MONTEIRO, Licio Caetano do. Linhas cruzadas no resgate da geopolítica pós-anos 1970. **Revista Geonorte**, Edição Especial 3, v. 7, 2013.
- REGO MONTEIRO, Licio Caetano do. **Segurança na América do Sul: a construção regional e a experiência colombiana**. Tese de Doutorado, PPGG/UFRJ, 2014.
- REGO-MONTEIRO, L. C. O vetor territorial e o vetor reticular na segurança internacional. **Revista Geographia**, v. 24, n. 52, 2022
- RODRIGUES, J. N. A contribuição teórica de Michael Mann em um estudo comparativo sobre a cooperação intermunicipal: França e Brasil. **Geosul**, v. 26, n. 52, p. 35–56, 2011.
- RODRIGUES, J. N. Do comparatismo em geografia: uma leitura a partir dos modelos de estado francês e brasileiro. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 16, n. 2, p. 119–130, 2012.
- SANTOS, M. O retorno do território. **OSAL: Observatorio Social de América Latina**. Año 6 no. 16. Buenos Aires: CLACSO, 2005
- SCHMITT, C. **O conceito do político**. Petrópolis: Vozes, [1932] 1992
- SILVA, M. Estado e poder local: ensaio teórico sobre estudos no Brasil. **Geocrítica: Revista Bibliográfica de Geografia y Ciências Sociales**, v. 14, 2009.
- SILVA, M. Poder local: conceito e exemplos de estudos no Brasil. **Sociedade & Natureza**, v. 20, p. 69–78, 2008.
- SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: I. E. Castro et al. (org.) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995
- SOUZA, M. L. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: M. Saquet e E. S. Sposito (org.) **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015 [2009]
- SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- VELTZ P. **Mondialisation, villes et territoires**. Paris: PUF, 1996



COMO CITAR ESTE TRABALHO

MONTEIRO, Licio. A Geografia Política e o Conceito de Poder. Revista Tamoios, São Gonçalo, v. 21, n. 1, p. 391-411, 2025. Disponível em:

<https://doi.org/10.12957/tamoios.2025.89252>. Acesso em: DD MMM. AAAA.